



A COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, EM CUMPRIMENTO AOS ARTIGOS 133 E 136 DO REGIMENTO INTERNO, REALIZARÁ SUA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA, AGENDADA PARA OCORRER NA SALA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES, ÀS 11:00 DO DIA 05 DE MAIO DE 2026, COM A SEGUINTE PAUTA:

I. Discussão e votação da Ata da 4ª Reunião Extraordinária e 6ª Reunião Ordinária.

II. Ordem do Dia:

a) Discussão e votação dos pareceres:

DEPUTADO MARCOS VIEIRA

[PL./0151/2026](#) – Autor – **Deputado Mauro De Nadal** - Reconhece o Município de Vargão como Capital Catarinense do Meteorito.

DEPUTADO MARCOS DA ROSA

[PL./0904/2025](#) – Autor – **Deputada Ana Campagnolo** - Institui o Programa Ciclo das Profissões no âmbito do Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

DEPUTADO MÁRIO MOTTA

[OF./0034/2018](#) – Autor – **Tribunal de Contas do Estado** - Encaminha o Relatório Anual de Atividades, o Balanço Geral, o Relatório e o Parecer da Auditoria Interna TCE/AUDI-058/2018, referentes ao exercício de 2017.

[PL./0219/2024](#) – Autor – **Deputado Napoleão Bernardes** - Institui o Programa de Combate ao Crime de Perseguição, denominado "SOS Stalking", e a Semana Estadual de Conscientização e Combate ao Crime de Perseguição no âmbito do Estado de Santa Catarina.



[PL./0751/2025](#) – Autor – **Deputado Julio Garcia** - Institui a Política Estadual de Preservação e Digitalização de Registros Históricos Eclesiásticos, Cartorários e Cemiteriais de Nascimento, Casamento e Óbito no Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

DEPUTADO SARGENTO LIMA

[PL./0375/2023](#) – Autor – **Deputado Jessé Lopes** - Institui, no âmbito do Estado de Santa Catarina, a Política de Reaparelhamento da Segurança Pública, com o propósito de subsidiar melhorias da estrutura operacional dos órgãos de segurança pública com recursos provenientes da alienação de bens em desuso.

[PL./0010/2026](#) – Autor – **Deputado Mário Motta** - Altera os arts. 30 e 34 da Lei nº 12.854, de 22 de dezembro de 2003, Código Estadual de Proteção aos Animais, para enrijecer as penalidades administrativas nos casos de maus-tratos com responsabilização dos responsáveis legais de menores ou incapazes, e dá outras providências, a ser conhecida como Lei "Orelha".

(Devolução de Vista)